

Município de Catalão  
– Estado de Goiás –  
PODER LEGISLATIVO  
MESA DIRETORA

## Justificativa

**Senhores Vereadores e Senhora Vereadora,**

Passamos as mãos de Vossas Excelências para apreciação e deliberação dos membros dessa Egrégia Casa de Leis, o Projeto de Lei que ***“Revoga os artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal 2.938/12”***.

Considerando o despacho nº 472/2015 da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado de Goiás, o qual acatou o Parecer administrativo nº 2/114/2015, nos Autos 201200553730, Representação de Ajuizamento de ADI, em desfavor dos artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal 2.938/12, de Catalão, que estabeleceu o valor dos subsídios dos agentes políticos do Município, considerou o Chefe de Gabinete do Prefeito, o Procurador-Geral do Município, os Presidentes e Superintendentes de Autarquias e de Empresas Públicas e o Procurador-Geral da Câmara Municipal também como agentes políticos, estamos encaminhando o referido projeto para a devida revogação dos referidos artigos.

Face ao exposto e certo da importância deste projeto de lei, solicitamos que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa EM REGIME DE URGÊNCIA, URGENTÍSSIMA, na forma da lei, e, na oportunidade, reitero minha estima e apreço aos digníssimos componentes dessa Egrégia Casa.

Atenciosamente,

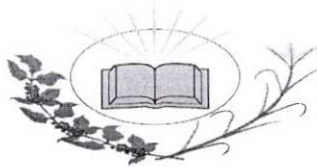
  
\_\_\_\_\_  
**Juarez Camilo Rodvalho**  
Presidente

**PROTOCOLO**

05/10/2015

Hrs: 10:30

Adeilson Santos



Município de Catalão  
– Estado de Goiás –  
PODER LEGISLATIVO  
MESA DIRETORA

Projeto de Lei nº 105, de 05 de outubro de 2015.

***“Revoga os artigos 3º, 4º e 5º da Lei  
Municipal 2.938/12”.***

A **Câmara Municipal de Catalão**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte LEI:

**Art. 1º** - Ficam revogados os artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal 2.938/12.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

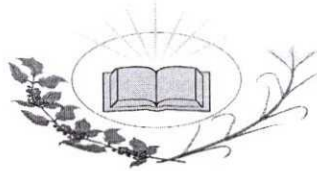
Plenário Júlio Pinto de Mello, 05 de outubro de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
**Juarez Camilo Rodovalho**  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**Silvano Batista da Silva**  
Vice- Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**Aurélio Campos de Macedo**  
1º Secretário

  
\_\_\_\_\_  
**Pedro Henrique Macedo Silva**  
2º Secretário



Município de Catalão  
– Estado de Goiás –  
PODER LEGISLATIVO  
MESA DIRETORA

---

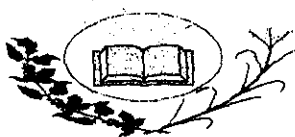
**Silvano Batista da Silva**  
Vice- Presidente

---

**Aurélio Campos de Macedo**  
1º Secretário

---

**Pedro Henrique Macedo Silva**  
2º Secretário



Município de Catalão  
– Estado de Goiás –

PODER LEGISLATIVO



**LEI Nº 2.938, de 06 de setembro de 2012**  
**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 46, DE 28 DE AGOSTO DE 2012**

*“Atende às determinações previstas nos artigos 1º, 3º e 4º da Resolução Normativa nº 07/2004 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO.”*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas prerrogativas constitucionais, propôs e aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Executivo do Município de Catalão, para o mandato correspondente a 2013 a 2016, ficam fixados, em parcela única, com os seguintes valores:

I – Ao Prefeito Municipal o valor de R\$ 22.902,56 (vinte e dois mil novecentos e dois reais e cinquenta e seis centavos).

II – Ao Vice-Prefeito Municipal o valor de R\$ 11.451,28 (onze mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

III – Aos Secretários Municipais o valor de R\$ 11.451,28 (onze mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

IV – Ao Procurador Geral do Município o valor de R\$ 11.451,28 (onze mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

**Art. 2º.** Os subsídios mensais dos Vereadores, do Presidente da Câmara Municipal e do Procurador Geral do Poder Legislativo, para o mandato correspondente a 2013 a 2016, ficam fixados, em parcela única, com os seguintes valores:

I – Aos Vereadores o valor de R\$ 8.016,76 (oito mil e dezesseis reais e setenta e seis centavos).

II – Ao Presidente da Câmara Municipal será concedida parcela indenizatória corresponde a trinta por cento dos subsídios dos Vereadores, em razão dos encargos do exercício da função.



Município de Catalão  
- Estado de Goiás -



PODER LEGISLATIVO

**Art. 3º.** O Chefe de Gabinete do Prefeito, o Procurador Geral do Município, os Presidentes e Superintendentes de Autarquias e de Empresas Públicas, para efeito desta Lei, são considerados agentes políticos com as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal.

**Art. 4º.** O Procurador Geral da Câmara Municipal, para efeito desta Lei, é considerado agente político com as mesmas prerrogativas do Procurador Geral do Município.

**Art. 5º.** Os subsídios serão reajustados anualmente, na mesma data base fixada para o funcionalismo municipal, sem distinção de índice, respeitando como limite a correção monetária do período, segundo indicador oficial adotado para efeito da proteção assegurada no art. 37, X, da Constituição Federal.

**Art. 6º.** Os subsídios de trata esta Lei não sofrerão acréscimos advindos de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou de qualquer outra espécie remuneratória.

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Deusmar Barbosa da Rocha**  
Presidente da Câmara Municipal de Catalão

**Sancione a presente Lei.**  
**Registre-se e publique-se.**  
**Catalão, 06.09.2012**

**Velomar Gonçalves Rios**  
Prefeito Municipal

**PARECER ADMINISTRATIVO N.º: 2/114/2015**

**AUTOS:** 201200553730

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO – AJUIZAMENTO – ADI

**ORIGEM:** 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATALÃO

**Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos  
Jurídicos:**

1. Cuida-se de representação, proveniente da 5ª Promotoria de Justiça de Catalão, para fim de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em desfavor dos artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal n. 2.938/2012, de Catalão, que, a par de estabelecer o valor dos subsídios dos agentes políticos do Município, considerou o Chefe de Gabinete do Prefeito, o Procurador-Geral do Município, os Presidentes e Superintendentes de Autarquias e de Empresas Públicas e o Procurador-Geral da Câmara Municipal também como agentes políticos.

2. Dada a possibilidade, sempre presente, de alteração legislativa que se haja processado, convém operar-se a juntada de informações sobre o atual quadro legislativo, acompanhadas de certidão de vigência da Lei Municipal n. 2.938/2012, lavrada pela Câmara Municipal de Catalão, evitando-se, assim, eventual aforamento de ação de controle abstrato contra normativa, ainda que parcialmente, não mais existente no mundo jurídico.

3. Acentua, com efeito, Luiz Guilherme Marinon<sup>1</sup>, *verbis*:

"As leis revogadas não abrem margem à ação direta de inconstitucionalidade, por não haver sentido em declarar inconstitucional o que não mais existe. De outra parte, se, em princípio, haveria razão para declarar a perda de interesse superveniente no caso de revogação posterior ao ajuizamento da ação, não há como deixar de ver que, dessa forma, isentam-se de

<sup>1</sup> Curso de Direito Constitucional, 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 1016.

reprimenda os efeitos da lei. Melhor explicando: a revogação, ao impedir a decisão de inconstitucionalidade, deixa vivos e intocáveis os efeitos que pela lei foram produzidos, trazendo benefícios àqueles que apostaram na transgressão à Constituição [...].”

4. Cumpre, pois, prevenir-se o aforamento de ação em face de objeto nomológico não mais existente.

## **II**

5. *DO EXPOSTO*, é o parecer pela expedição de ofício à Câmara Municipal de Catalão, para que proceda à remessa da documentação mencionada a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para assuntos jurídicos.

Goiânia, 10 de setembro de 2015.

**MARCELO DE FREITAS**

Promotor de Justiça

Assessor Jurídico-Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça

**SUBPROCURADORIA  
GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS  
JURÍDICOS**



**AUTOS:** 201200553730

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO – AJUIZAMENTO ADI

**ORIGEM:** 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATALÃO

**DESPACHO 472/2015 – GSP/AJ.** Acato o Parecer Administrativo n. 2/114/2015, da lavra do Ilustre Promotor de Justiça, em auxílio nesta Subprocuradoria-Geral de Justiça, Dr. Marcelo de Freitas, por seus próprios fundamentos, quanto à expedição de ofício ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Catalão, solicitando documentação, nos moldes delineados pelo referido parecer.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, em Goiânia, 11 de setembro de 2015.

  
**SPIRIDON N. ANYFANTIS**

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Port. n. 1.492/2014, DOMP 1.224ª ed.





*República Federativa do Brasil*  
*Estado de Goiás*  
*Município de Catalão*

**LEI Nº 3.308, de 13 de outubro de 2015.**

**"Revoga os artigos 3º, 4º e 5º da Lei  
Municipal 2.938/12"**

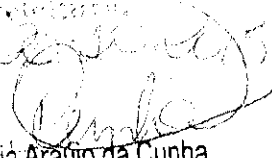
A Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, no uso de suas prerrogativas constitucionais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam revogados os artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal 2.938/12.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO-GO,**  
Estado de Goiás, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2015.

  
**JARDEL SEBBA**  
Prefeito Municipal

Recebi em  
Atestado  
de  
deste Prefeitu-  
Catalão  
  
Rosânia Araújo da Cunha  
Auxiliar Administrativo  
Matrícula 838-00